ATA DE REUNIÃO COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

21ª Reunião Ordinária

Aos oito dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de Treinamento desta CET-Santos, sito a Av. Rangel Pestana, nº 100 - Vila Mathias, Santos/SP, reuniram-se os Senhores: Ariovaldo Feliciano - Presidente da Comissão (SESCON), e os seguintes membros: Rogério Vilani (CET), Dalvani Pereira da Silva (CET), Antonio Carlos Domingues da Costa (ANAPI), Nilton Oliveira (ANAPI), Rafael Santos de Paula (CMJ), Ana Carolina R. S. Solito (OAB), Nicola Margiotta Junior (SECID), Sheila Rocha Barbeiro (SESCON), Marina Ferrari de Barros (SEDURB). Presentes também na reunião, a Sr. Marco Antônio (Câmara Municipal de Santos) e o Sr. Uriel Villas Boas (Concidadania). O Sr. Ariovaldo iniciou a 21ª reunião ordinária da Comissão Municipal de Transportes às 09h10. Solicitou que a secretária efetuasse a leitura da Convocação, após a leitura, destacou à presença do Sr. Marco Antônio, representando o Vereador Evaldo Stanislau. Disse também, que recebeu um ofício do Conselho Municipal da Juventude de Santos, mantendo a titularidade do Sr. Rafael Santos de Paula na Comissão Municipal de Transportes, e indicando como suplente, o Sr. Filipe Augusto Rezende, esclareceu que a secretária efetuará às devidas providências quanto à nomeação. O Sr. Ariovaldo comentou quanto ao Item 1 = Leitura discussão e aprovação da Ata da última reunião. O Sr. Rogério solicitou a dispensa da leitura da Ata da última reunião, em virtude de todos terem recebido a cópia da Ata por e-mail, esclareceu que se o Sr. Marco Antônio quiser a cópia da Ata da última reunião, a mesma poderá ser encaminhada por e-mail. O Sr. Marco Antônio comentou que a cópia da Ata poderá ser encaminhada ao gabinete do Vereador Evaldo Stanislau. O Sr. Ariovaldo disse que se todos concordarem está aprovado à dispensa da leitura da Ata da última reunião. Todos Concordaram. Item 2 = Licitação do Transporte Público. Disse que ontem, nesta mesma sala e horário, foi à segunda reunião de abertura dos envelopes da documentação exigida no Edital, das empresas participantes da Licitação do Transporte Público. Comentou que há um mês, houve a primeira reunião de abertura do primeiro envelope da Licitação, esclareceu que tiveram duas empresas candidatas, a Viação Piracicabana e a empresa MobiBrasil de Recife, disse que foram abertos os envelopes, e a Viação Piracicabana apresentou uma tarifa de R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) e a MobiBrasil apresentou a tarifa de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), disse que foi verificada a proposta comercial do primeiro envelope, e a empresa MobiBrasil foi desclassificada por que faltou a apresentação de uma planilha, esclareceu que o senhor Rogério comentará melhor sobre esta questão. O Sr. Rogério comentou que em relação à Licitação, disse que já passou a fase de propostas, e que foram recebidas duas propostas comerciais, ressaltou que a necessidade naquele momento seria de classificar estas propostas, qual empresa estaria em primeiro e em segundo lugar, porém, não foi possível classificar a empresa que está com o preço maior e em segundo lugar, por que não apresentou um documento solicitado no Edital que é uma planilha e que é fundamental para a gestão ao longo do Contrato, esclareceu que a planilha teria que fornecer todos os

encargos que incidem sobre a mão de obra dos funcionários que trabalham no sistema (a mão de obra neste Contrato representa 45% do valor da tarifa) disse que fez questão de que as empresas participantes detalhassem, os encargos que incidiam com a mão de obraesclareceu que é importante saber o impacto destes encargos no valor da tarifa para um futuro pleito de reajuste. Comentou que o Edital é bem claro e pede a apresentação desta planilha. Esclareceu também, que a Comissão Especial de Licitação está em fase de análise da documentação de habilitação da empresa que foi classificada em primeiro lugar. O Sr. Ariovaldo perguntou a todos, se existe alguma dúvida sobre a Licitação. O Sr. Marco Antônio disse que tem várias dúvidas. O Sr. Ariovaldo esclareceu que houve duas audiências públicas, que foram abertas ao público e divulgadas no Diário Oficial do Município, onde todos tiveram a possibilidade de se manifestar sobre o assunto. O Sr. Marco Antônio perguntou se poderia levar alguns esclarecimentos ao parlamentar, e que está representando, o Vereador Evaldo Stanislau. Perguntou se existe a possibilidade de correção no Edital porque quando o leu verificou que não constava a gratuidade de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, por que a empresa vencedora da licitação poderá alegar descompensação financeira, quando for se falar em balanço financeiro, comentou que a empresa vencedora poderá aplicar também, a não gratuidade às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, se não constar escrito no Contrato que haverá esta gratuidade. Disse que a Câmara Municipal de Santos aprovou 25 % do IPVA para ajudar no financiamento da tarifa, informou que não estava explícito que vai ter redução de tarifa. Esclareceu que as publicidades nos ônibus poderá ajudar no balanço financeiro da planilha Geipot, disse que as propagandas nos ônibus, como é uma concessão pública poderá ser um dos objetos de cálculo quando for fazer a revisão da tarifa. O Sr. Rogério disse que a questão dos menores de 5 (cinco) anos, também ficou de esclarecer à senhora Ana Carolina (OAB), que levantou a questão na penúltima reunião. Comentou que posteriormente o Vereador Marcelo Del Bosco, também enviou um requerimento e solicitou esclarecimentos sobre este assunto. Então, apresentou os itens do novo e do antigo Edital que citam as gratuidades, esclareceu que são muito parecidos, disse que o texto prevê que todas as gratuidades Federais. Estaduais e Municipais sejam respeitadas no sistema, tanto no antigo como no novo edital. porém, ressaltou que não há Lei Federal, Estadual ou Municipal que garanta essa gratuidade, mas na prática ela é concedida por usos e costumes. Disse que em 2005. conforme publicado no Diário Oficial, houve uma ação de gestão da Prefeitura para possibilitar que estas crianças passem pela catraca e não por baixo da mesma, informou que hoje é assim que funciona, comentou que tem todo o controle de gratuidades nas catracas. ressaltou que foi fornecido no Edital da Licitação de Transportes para todas empresas que participaram, o percentual de gratuidades do sistema atual, e a gratuidade de 0 (zero) a 5 (cinco) anos está incluída nas planilhas do edital dentro deste percentual, comentou que de todas as gratuidades, disse que a mais importante é a do idoso, que responde a mais de 95 % do sistema. A Sra. Ana Carolina informou que quando a criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos passa na catraca, aparece para o motorista que é gratuidade de idoso, disse que em nível de cálculo, a gratuidade é de idoso. O Sr. Rogério comentou, o que importa para a empresa que quer fazer-uma proposta comercial, é saber quantos usuários pagam e quantos não pagam, ressaltou que o número apresentado no edital é o total das gratuidades. incluindo gratuidade de idosos, crianças, deficientes, Guarda Municipal e Polícia Militar fardados, esclareceu que todas as gratuidades principais e secundárias são registradas pelo

motorista por uma botoeira, disse que o Edital é bem claro, e informa o total dessas gratuidades. Em relação aos 25 % do IPVA, comentou que a Lei que foi aprovada em dezembro/2014, apenas autoriza o poder executivo a conceder subsídio no sistema de transporte em um limite de até 25% do IPVA, eschareceu que isso não quer dizer que o Prefeito é obrigado a fazer, ou que esse recurso está disponível, informou que o que existe é uma autorização para o Prefeito tirar do caixa da Prefeitura e colocar no transporte, comentou que a Lei e o edital publicados nestas condições permitem que ao longo do novo contrato, o repasse seja feito no momento em que houver disponibilidade financeira. O Sr. Marco Antônio disse que o sistema atualmente com R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) funciona pela planilha Geipot, que corresponde a R\$10.000.000 (dez milhões de reais) mês para o sistema funcionar. O Sr. Rogério esclareceu que quem paga estes R\$10.000.000 (dez milhões de reais) é quem utiliza o sistema, através da tarifa. O Sr. Marco Antônio informou que esta autorização se for colocada no sistema, disse que fez o cálculo que é R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais) mensal, esclareceu que se pegássemos o teto que a Câmara autorizou de 25% para os próximos anos na revisão tarifária, e a Prefeitura fizer o aporte financeiro desta autorização da Câmara, esclareceu que não está escrito que se tiver o subsídio, se vai ter o desconto de 25%. O Sr. Rogério disse que o Edital menciona que pode haver subsídio, mas não se fala em quantidade. O Sr. Marco Antônio disse que o Edital não diz que vai ter impacto na tarifa final. O Sr. Rogério informou que precisa entender o conceito de tarifa pública, o Edital possibilita existirem duas tarifas no sistema, uma é a de remuneração (a permissionária vai receber por cada passageiro transportado) e a outra é a tarifa pública (que o usuário paga na catraca), disse que a partir do momento que há uma diferença entre as duas, o déficit é o que o subsídio vai preencher. Esclareceu que para essa definição foram utilizados os mesmos termos da Lei de Mobilidade 12587/2012. Sobre o assunto da publicidade nos ônibus, disse que a receita da publicidade de "busdoor" dentro do que o mercado de Santos paga, é insignificante para atenuar o valor da tarifa, então, a decisão foi em manter a condição do Contrato antigo, explicou como funciona: 50% dos 300 (trezentos) ônibus a permissionária explora publicidade a favor dela, e os outros 50% dos ônibus, são em favor de Campanhas institucionais da Prefeitura. O Sr. Antonio Carlos reiterou o pleito da gratuidade aos maiores de 60 (sessenta) anos, lembrando que em abril do ano passado compareceu à Prefeitura para uma reunião onde recebeu apoio para apresentação de uma moção na audiência pública do transporte coletivo sobre a gratuidade a partir dos 60 (sessenta) anos, disse que sabe que é facultado o direito à Prefeitura, mas acredita que a audiência pública tem valor legal, comentou que se o Prefeito vai cumprir ou não é outro problema, esclareceu que esta Comissão é consultiva, nomeada pelo Prefeito por decreto, e disse que precisa de uma definição. Esclareceu que no tempo em que o Prefeito era o Papa, informou que nos dois mandatos, foi à Prefeitura, ressaltou que a alegação foi sempre à mesma "nós não podemos dar a gratuidade por que tem um Contrato em vigor" disse que estava esperando o Contrato ser alterado como está sendo agora, comentou que esta foi sempre à alegação, senão irá chamar o deputado Papa que terá que desmenti-lo, disse que agora que está mudando o Contrato, precisa de uma definição sobre esta questão, porque a informação que dizem, é que o Prefeito, vetou os 60 (sessenta) anos "matéria que saiu na Tribuna", informou que sabe que o Prefeito não vetou, até por que ele que obviamente mandou a matéria para a Câmara, em cima da verba dos R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) que é uma verba destinada que poderia suprir que seria o subsídio, da mesma forma que ouviu e espera que não saia o aumento da tarifa, que o Prefeito com este subsídio em vez de ser R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) era R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos) e poderia ser até R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) disse que está em Ata e que foi falado nesta Comissão, comentou que não sabe quando será este subsídio, mas precisamos definir se vai conceder ou não por que está ficando cansativo, sabe que não somos nós "Comissão", esclareceu que é o Prefeito. sugeriu para esta Comissão colocar em Ata e mandar uma manifestação ao senhor Prefeito. perguntou se vamos ficar mais 29 ou 40 reuniões com a mesma conversa. O Sr. Ariovaldo disse que perguntou para a secretária se a Ata estava sendo gravada, para que possamos encaminha-la ao senhor Prefeito. O Sr. Antônio Carlos disse que pode ser encaminhado ao senhor Prefeito um oficio, solicitando uma manifestação do mesmo. O Sr. Ariovaldo esclareceu que mandaremos a Ata ao senhor Prefeito por que se ele prometeu, ele vai ler e vai dar uma resposta. O Sr. Ariovaldo disse que a Ata será encaminhada ao gabinete do senhor Prefeito para que este assunto seja resolvido. O Sr. Antonio Carlos disse que pode ser encaminha a Ata, sem problema. O Sr. Ariovaldo comentou quando ao Item 3 = Assuntos Gerais. O Sr. Marco Antônio disse que a planilha Geipot que tem atualmente é muito complexa, tem um modelo Geipot que é mais discriminatório, esclareceu que o modelo novo; Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador já utilizam, informou que é mais extensa, mas é bem compreensível, principalmente dos itens variáveis da empresa. O Sr. Rogério disse que com relação à Licitação, esclareceu que a mesma já foi publicada e não conseguimos mais mexer, informou que em Porto Alegre e em São Paulo, existem tabelas específicas que priorizam o que acham que é mais importante, disse que usamos a tabela Geipot por que entendemos que é uma referência, ressaltou que a ANTP deve divulgar um modelo de planilha se substituirá a Geipot no Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, que será em Santos na última semana do mês de junho deste ano, disse que vai ser a primeira vez que um Congresso Brasileiro acontece em uma cidade que não é Capital, informou que ANTP deve apresentar uma planilha nova que deverá atualizar e ser a substituta da Geipot, como o Edital de transportes é de janeiro, data base de dezembro de 2014, não poderia utilizar esta ferramenta nova, informou que o novo Edital não só trabalha com a Geipot, mas sim, com fluxo de caixa que é um instrumento para revisão de tarifa, esclareceu que a revisão de tarifa é quando mudamos a regra do jogo, como, por exemplo, aumentar a quantidade de ônibus, e o reajuste da tarifa é quando é feito anualmente para corrigir inflação, disse que para efeito de revisão, não usamos a Geipot, usamos o fluxo de caixa. O Sr. Uriel disse que gostaria de sugerir que fosse avaliada a possibilidade de uma concorrência pública para empresas de publicidade construir pontos de ônibus mais confortáveis e o preço seria evidentemente mais barato, explorando o ponto de ônibus com as publicidades. O Sr. Rogério disse que existe um projeto, sendo desenvolvido dentro da Prefeitura provavelmente pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que é o projeto de mobiliário urbano. A Sra. Marina comentou que na última reunião do gabinete, o projeto foi para a Secretaria de Infraestrutura e Edificações, comentou que se discutiu naquele momento, só o corredor de ônibus, disse que o que tem conhecimento, que é o mobiliário urbano do corredor de ônibus. O Sr. Rogério disse que ficou sabendo que foi delegada esta missão para a SEDURB para fazer uma licitação de mobiliário urbano. A Sra. Marina comentou que vai verificar esta informação. O Sr. Ariovaldo disse que a sugestão do senhor Uriel é muito boa, uma empresa custear os abrigos de ônibus e explorar a publicidade dos

mesmos. O Sr. Rogério informou que inclusive quando foi feita a licitação do transporte, foi se atualizar se iriam prever novos pontos de ônibus na nossa licitação, ficou definido que deixaria para uma licitação à parte do transporte, então se considerou apenas fornecimento do modelo padrão atual, esclareceu que aproveitou que estávamos propondo um contrato novo, e foi colocado como obrigação, o fornecimento de mais alguns abrigos e a substituição de todos os marcos de parada, ressaltou que em Santos, os marcos que são de madeira, e nas calçadas onde não comporta abrigo, trocaremos o marco de madeira para o toten metálico com informações do sistema. A Sra. Marina disse que estas questões foram discutidas no grupo técnico de trabalho dentro dos indicadores, uma das ações dos indicadores está vinculada ao mobiliário urbano, sugeriu apresentar para a Comissão, o plano de mobilidade que está vinculado ao transporte coletivo. O Sr. Uriel disse para serem avaliados os pontos de ônibus, inclusive o da Rua Pedro Américo com o canal 2, por que dificultam as passagens de pedestres, esclareceu que é uma situação que ocorre em determinadores horários, solicitou que fosse criado um mecanismo que permitisse a passagem de pessoas. Sr. Rogério disse que cumprimos as normas da ABNT, mas quando o ponto de ônibus está cheio é bem complicado. A Sra. Marina comentou que esta norma não aborda todos os aspectos, existem aspectos que devem ser considerados, explicou que no caso de São Paulo, se estabeleceu um novo perfil de calçada, que este perfil tem as dimensões mínimas para cada função que tem a calçada, dentro do município para fazer o dimensionamento do passeio, consideram-se todos estes elementos, informou que não é a legislação ou a norma, e sim é estabelecida no próprio município. O Sr. Rogério disse que dentro do que existe de calçada hoje, esclareceu que respeitamos as normas de implantação dos abrigos. O Sr. Antônio Carlos informou que é apenas em relação ao que foi discutido anteriormente sobre a licitação, disse que entende e pedirá ao senhor Presidente não só encaminhar a Ata, mas sim, encaminhar em anexo à Ata, um documento solicitando ao senhor Prefeito que resolvesse este problema, solicitou que a secretária efetuasse a leitura desta Ata. Disse que tem outro assunto a ser discutido, mas esclareceu que irá encaminhar em nome da Entidade. O Sr. Rafael disse que gostaria de pedir para a CET fazer o acompanhamento, esclareceu que foi estudante da Unisantos Boqueirão por 5 (cinco) anos, disse que em frente à faculdade existe uma faixa de pedestre imaginária, solicitou ao senhor Rogério que avaliasse a possibilidade de colocar à faixa de pedestre nos moldes da faixa viva. O Sr. Ariovaldo disse que a faixa viva seria em frente à faculdade que dá direto ao SESCON. O Sr. Rogério informou que encaminhará à solicitação, disse que na teoria o certo é atravessar nas faixas laterais, esclareceu que como a faculdade é um polo gerador, merece um estudo específico, ressaltou que em frente ao Poupatempo, a situação é a mesma e as pessoas atravessam na faixa. Informou que na última reunião, ficou de trazer e trouxe hoje, um material ao senhor Rafael que são os comparativos de outras cidades e de Santos também. A Sra. Marina perguntou se na próxima reunião apresenta as informações atualizadas de mobiliário urbano. O Sr. Rogério disse que também poderá ser encaminhada por e-mail: O Sr. Rafael solicitou que a Comissão fosse informada sobre o Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito. O Sr. Rogério disse que informará na próxima reunião. O Sr. Ariovaldo agradeceu à presença do senhor Marco Antônio representando o Vereador Evaldo Stanislau e agradeceu também, a presença do senhor Uriel. A Sra. Tânia Mota, justificou sua ausência por e-mail, devido a compromissos assumidos anteriormente. O Sr. Ariovaldo deu por encerrada a reunião às 10h05. Eu Adriana Maria Sônego Xavier, lavrei a presente Ata, que foi assinada por mim, bem como pelos presentes.

Participantes:

Ariovaldo Feliciano - (SESCON);

Rogério Vilani (CET);

Dalvani Pereira da Silva (CET);

Antonio Carlos Domingues da Costa (ANAPI);

Nilton Oliveira (ANAPI);

Rafael Santos de Paula (CMJ);

Ana Carolina R. S. Solito (OAB);

Nicola Margiotta Junior (SECID);

Sheila Rocha Barbeiro (SESCON);

Marina Ferrari de Barros (SEDURB).

manna Levrari